

## Religião, política e educação: ou das interrogações suscitadas em uma sociedade

Religion, politics and education: or the questions raised in a society

Verioni Ribeiro Bastos<sup>1</sup>

### Resumo

Diante da estrutura do sistema de ensino brasileiro no qual encontramos a disciplina, Ensino Religioso, constitucionalmente obrigatória no ensino fundamental das escolas públicas até as Ciências das Religiões nas Universidades Federais brasileiras, busco realizar um diálogo com outros trabalhos usando estes como interrogações para questionar o comum tido como natural, ou seja, a presença do religioso na esfera pública. Somado a isto o debate com autores que discutem a realidade francesa e a narração de dois casos extraídos da observação participante completam a intenção de apresentar um ângulo mais agudo de refletir sobre a realidade brasileira no que concerne a religião, política e educação, como também, como o público e o privado caminham juntos na mentalidade da população do país. A secularização à brasileira anda a passos lentos e o quadro político-social e educacional do Brasil precisa de menos análises do que está posto e questionar por que o que está posto parece normal e se perpetua por gerações e gerações.

**Palavras-chave:** Laicidade: ensino religioso. Política. Brasil. França.

### Abstract

Taking the ideas of some authors we will try to understand the interconnections between religions and public sphere in Brazil and France. In Brazil we get two examples of the relationship between public sphere and the religion: the presence of Religious Education and the Science Religions in the Brazilian federal universities. In other hand we try to understand how in France we can see the relation between the religions and the public sphere through the eyes of some authors who speak about it using two examples we will show in this text. Completing the intention to present a more acute angle to reflect on the Brazilian reality with regard to religion, politics and education, as well as public and private walk together in the mindset of the country's population. Secularization Brazilian's slow steps and the socio-political framework and Brazil's educational needs less analysis than is post and question why what's post looks normal and perpetuates for generations and generations.

**Keywords:** Secularism: religious education. Politics. Brazil. France.

<sup>1</sup> Doutoranda em Etnologia e Antropologia Social na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; mestre e especialista em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba e graduada em História pela Universidade Regional do Cariri. Email: [verioni@yahoo.com.br](mailto:verioni@yahoo.com.br)

## 1 Introdução

[...] Une société n'est pas simplement constituée par la masse des individus qui la composent, par le sol qu'ils occupent, par les choses dont ils se servent, par les mouvements qu'ils accomplissent, mais avant tout par l'idée qu'elle se fait d'elle-même... Mais ces conflits, quand ils éclatent ont lieu non entre l'idéal et la réalité mais entre des idéaux différents.

(DURKHEIM).

Convidaram-me para escrever um artigo sobre religião, política e educação no Brasil. Inicialmente pensei em fazer uma análise abordando um diálogo com os historiadores e antropólogos brasileiros. Entretanto, à medida que construía o meu plano mnemônico observei que analisar diretamente a temática, usando os trabalhos dos colegas brasileiros, meu texto não proporcionaria a reflexão que ora.

A minha retomada de observação do quadro presente na estrutura do sistema de ensino brasileiro pede-me para realizar não um diálogo com pesquisas brasileiras, mas usar estas como interrogações, diriam alguns e eu concordo, básicas.

Escolhi os trabalhos de autores brasileiros publicados nas coletâneas "As religiões no Brasil: continuidades e rupturas" (TEIXEIRA; MENEZES, 2011) e "Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos" (DUARTE; GOMES; MENEZES, NATIVIDADE, 2009).

Esses trabalhos não tem como especificidade laicidade e educação, mas bem observados trazem em si uma cartografia lexical na qual encontramos uma estreita ligação com o tema mencionado como também com as relações de disputas políticas onde se ver o pertencimento religioso sendo utilizado.

Aqui não se presentifica uma crítica às escolhas dos temas dos trabalhos. Estes necessários e que trazem uma grande contribuição para o quadro da realidade brasileira. Assim, diante deste conjunto complexo, esses trabalhos servirão de introdução para minhas conclusões sobre a íntima relação entre educação, política e religião no Brasil.

Dessa forma, assumirei neste trabalho uma perspectiva *maiêutica* e vos convidarei a passar grande parte dessa abordagem preferencialmente a interrogar que a analisar a inter-relação religião/política/educação circundada por um lado pelos defensores do Ensino Religioso nas escolas públicas e do outro pelos defensores da escola laica.

Por que interrogar? Porque se colocar questões sobre as nossas próprias bases de tomadas de posição e nossos ângulos de abordagens é tentarmos nos escarpamos de um sistema de pensamento fechado. Segundo David Bohm, "se aceitarmos 'o que parece ser' como 'o que é', não teremos o que

questionar” (BOHM, 2007, p. 26).

Este sistema muitas vezes aprisionador impede a observação de “um senso de 'mim' separado da informação e da intenção” (BOHM, 2007, p. 26). Esse bloqueio não nos permite detectar o obscurecimento do nosso espírito científico diante das nossas arraigadas posições. É um desafio cujo não são todos a conseguir. Eu mesma, reconheço, ainda estar à caminho.

Esse busca *maiêutica* e essa tentativa de libertar o raciocínio de nossos próprios condicionamentos pode ser relacionada ao regaste da ideia de uma axiologia acadêmica. Esta axiologia científica que nunca se completa, pois o observador, também sempre sendo observado, sofre influência de seu amálgama de vivências anteriores, de sua visão de mundo, de sua educação familiar e de suas opções políticas, culturais e religiosas ou a-religiosas.

Nessa direção, seguido as interrogações, afasto-me de meus

colegas pesquisadores brasileiros e apresento um debate sócio-filosófico entre dois autores franceses: Jean-Baubérrot e Henri Peña-Ruiz e suas obras específicas, respectivamente, “*Vers un nouveau pacte laïque*” (BAUBÉRROT, 1990) e “*La laïcité pour l'égalité*” (BAUBÉRROT, 2001).

O primeiro defensor da educação religiosa nas escolas e de uma laicidade “aberta”; o segundo evoca as contradições de uma laicidade aberta, apresenta os porquês do ensino religioso na escola ser contrário á laicidade do Estado e elemento de desagregação da sociedade.

Por fim faço uma relação entre as interrogações suscitadas, o debate e dois casos que apresentarei passados um na França e outro no Brasil. Assim, espero concluir a contribuição demonstrando a via dupla cujo Brasil ainda percorre no tratar da relação Estado-religião-escola ou da separação entre estes “campos” (BOURDIEU; PASSERON, 1975).

## **2 Por que temer interrogar a necessidade de pesquisar a relação religião/política/educação no Brasil?**

As interrogações fazem parte da construção de uma pesquisa. Seja esta realizada pela observação sociológica direta ou pela observação participativa etnográfica, seja a composição do quebra-cabeça da historiografia de um tema. Interrogar é o início do começo da pesquisa. Porém, elas desaparecem e as

análises e demonstrações de dados parecem se tornar suficientes. Para quem?

Para comunidades específicas, acadêmicas ou religiosas, contrárias ou favoráveis ás teorias apresentadas, embora, a grande parte dos autores brasileiros não tome posição explícita e

titubeie entre a tentativa de ser neutra ou de relativizar o sujeito.

Seria normativa essa afirmação? Por que não pesquisar a chave motivadora que desperta a escolha do tema? No que concerne uma pesquisa sobre educação, política e religião? A problemática ultrapassa uma construção analiticamente fria?

A problemática construída sobre o objeto em questão não é apenas um *insight*. Esta traz em si um conjunto de concepções pessoais fruto da vivência particular de cada pesquisador e da sua relação com os elementos constituidores.

Nesse caso, interrogo: Por que um pesquisador escolhe como assunto o Ensino Religioso nas escolas? Ou investigar "A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE – 2000" (CAMURÇA, 2011)? Ou, ainda, as "Minorias religiosas" (GIUMBELLI, 2006)? Qual interesse de um pesquisador em saber sobre o "Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade" (MARIZ, 2011)? Por que "Evangélicos e pentecostais: um campo em ebulição" (MENDONÇA, 2011) é importante para a compreensão da realidade brasileira?

Os artigos supracitados fazem parte da coletânea "As religiões no Brasil: continuidades e rupturas" (TEIXEIRA; MENEZES, 2011) e é apenas um exemplo do grande número de trabalhos realizados nessa linha de pesquisa.

Destaco dentre estes o objeto de

estudo do texto de Marcelo Camurça (2011) que trata sobre o resultado do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Por que o Brasil precisa saber quantos de seus habitantes professam essa ou aquela religião? Ou se o número de ateus aumenta ou diminui no país?

A França, por exemplo, interdita estatísticas oficiais dessa natureza. Embora, pesquisadores reclamem a ausência das mesmas. Pela ausência de dados oficiais são produzidas estatísticas oficiosas, contudo é inaceitável a menção desses dados durante campanhas políticas por candidatos ou partidários destes, como também, representantes de religiões não aparecem ornados com seus aparatos ritualísticos para apoiar ou condenar práticas que seriam de acordo ou contrárias a essa ou aquela religião.

Em outra linha de abordagem, mas ainda sobre o mesmo sujeito é preciso sondar: por que o Brasil fornece dados para pesquisas como "Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas" (NATIVIDADE; LOPES, 2009) ou "Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público" (NATIVIDADE; MENEZES, 2009)?; As respostas parecem óbvias considerando que o Brasil é o país em questão. Contudo, respostas óbvias é algo difícil de compreender no primeiro momento.

Esses dois últimos artigos citados estão presentes na coletânea "Valores religiosos e legislação no Brasil: a

tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos” (DUARTE; GOMES; MENEZES; NATIVIDADE, 2009). Aqui temas “polêmicos” são tratados focando “conflitos recentes no espaço público [...] contemplam embates entre representantes dos direitos humanos, fundados em valores laicos e sujeitos informados por preceitos religiosos” (DUARTE; GOMES; MENEZES; NATIVIDADE, 2009, p. 9).

Quem classifica esses temas como polêmicos? Por que são polêmicos o aborto e o casamento homossexual? Por que durante a tramitação de um projeto de lei ainda observamos “as tensas relações entre religião, política e direitos” (DUARTE; GOMES; MENEZES; NATIVIDADE, 2009, p. 9)?

Essas tensões são observadas também em países como a França. O casamento entre pessoas do mesmo sexo proporcionou debates acirrados entre os franceses. Entre os anos 2012 (LE MONDE; AFP, 2013) e 2014 (LE POINT, 2013) foram inúmeras as

manifestações populares contra esta união. As instituições religiosas se fizeram presentes, conflitos com as autoridades policiais foram registrados. Entretanto, nenhum advogado representante de religião *a* ou *b* foi ouvido nos tribunais franceses sobre o assunto, e o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado por **Lei**.

Temer perguntar o porquê da necessidade de pesquisar a relação religião/política/educação no Brasil é, retoricamente, acreditar que tal questionamento provém de neófitos cuja resposta seria evidente. Todavia, esta necessidade provém do fato que o Brasil, não é um Estado laico e apenas começa a dar os primeiros passos para concretizar uma espécie de secularização “à brasileira”.

Para pensar o Brasil de outro ângulo apresento um debate corrente na França entre dois pesquisadores diametralmente opostos nos seus posicionamentos quanto à relação religião/política/educação.

### 3 Baubérot e Pena-Ruiz: um debate sócio-antropológico sobre religião, laicidade e educação na França

Jean Baubérot, historiador e sociólogo francês, apresenta a separação entre Estado e religião como a realização de um acordo que ele define como pacto laico o qual seria uma solução paliativa do conflito permanente entre os defensores da laicidade e os religiosos.

Nessa direção, o pacto tornaria os inimigos ao mesmo tempo rivais e associados<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “Pacte laïque [que] peut être la solution (temporaire) d'un conflit [...] mais le pacte signifie que cette lutte ne se termine pas par l'écrasement complet d'un des protagonistes... Il fonde une relation où l'ancien ennemi devient un adversaire-partenaire (BAUBEROT, 1990, p. 19-20).

Baubérot afirma a tensão entre Estado e religião e a disputa pelos espaços públicos entre as religiões como protestantismo, catolicismo e islamismo na sociedade francesa. Por outro lado Baubérot, apropriando-se do pensamento de Durkheime (1990, p.106), compreende que a privatização da religião ter sido uma forma de profaná-la (BAUBEROT, 1990, p. 106)<sup>3</sup>.

Seguindo a este raciocínio o sociólogo defendera o projeto de criação do curso de história das religiões nas escolas francesas. Para esta defesa o referido autor utiliza três argumentos.

Primeiro a marginalização da religião <sup>4</sup>, principalmente desde a implantação do dossier Jules Ferry quando se instaura a escola laica a partir de 1880. Segundo, a necessidade de modernização e dinamismo da laicidade face às mudanças do quadro social francês (aqui ele argumenta particularmente a imigração de franceses muçulmanos para a França metropolitana).

Terceiro, o autor utiliza-se do pensamento do diretor de ensino superior, à época, Louis Liard cuja visão

é da viabilidade do curso de história das religiões nas escolas francesas, porém faz duas ressalvas difíceis de serem atingidas e chegam mesmo a ser contraditórias:

Louis Liard, diretor do Ensino Superior... Segundo ele, 'é possível de reunir um certo número de espíritos competentes [...] capazes de visar os fenômenos religiosos neles mesmos com os procedimentos de um método histórico e crítico como também com uma grande simpatia que é a auxiliar necessária da inteligência'. Liard reconhece que dificilmente o pesquisador fará abstração dos seus sentimentos subjetivos (BAUBEROT, 1990, p. 150)<sup>5</sup>.

Não sendo possível aos professores abstrair-se de seus sentimentos subjetivos, como poderiam ser isentos durante as aulas de um curso de Ensino Religioso, denominação brasileira, ou de história das religiões, defendido pelo autor?

Nesse ponto, Baubérot, ainda em defesa do pluralismo, assume ser favorável à liberdade dos professores falarem das suas crenças pessoais em sala de aula (BAUBÉROT, 1990, p.204) e evocando a liberdade de expressão e religiosa apropria-se das ideias republicanas de liberdade religiosa e expressão de forma semelhante à igreja católica, segundo à análise feita por

---

<sup>3</sup> On peut dire, en conséquence, que la privatisation de la religion est aussi, d'une certaine manière, sa profanation.... Il existe donc une possibilité de mutation historique du sacré, et même de translation entre sacré et profane (BAUBEROT, 1990, p. 106).

<sup>4</sup> [...] A religion n'est plus officiellement considérée comme une des institutions qui structurent la société. Elle se trouve marginalisée... la religion est, sur ce plan-là, totalement facultative (BAUBEROT, 1990, p. 44). [...] la religion est marginalisée et on a tendance, par exemple, à substituer des textes de Cicéron à ceux des Pères de l'église pour étudier le latin (BAUBEROT, 1990, p. 149).

---

<sup>5</sup> Louis Liard, directeur des Enseignements supérieurs... Selon lui, il est possible de 'grouper un certain nombre d'esprits compétents... capables d'envisager les phénomènes religieux en eux-mêmes, avec les procédés de la méthode historique et critique et aussi avec cette large sympathie qui est l'auxiliaire nécessaire de l'intelligence'. Liard reconnaît qu'il n'est guère possible au chercheur 'de faire complètement abstraction de ses sentiments subjectifs' (BAUBEROT, 1990, p. 150).

(GIUMBELLI, 2008).

Por fim, este sociólogo se mostra explicitamente a favor da religião ter lugar no espaço público. Declara que para ele a laicidade não pode ser mais que uma regra institucional propiciando a liberdade de movimento (no sentido mais amplo do termo) dentro dos campos cultural e ideológico sem interditar ou dificultar a liberdade de outros (BAUBEROT, 1990, p, 176 e 206) – outros leia-se o movimento das religiões dentro desses mesmo campos.

Em uma outra abordagem Henri Pena-Ruiz afirma ser a laicidade um princípio filosófico fundador da República cuja tradução jurídica é a separação entre o Estado e as igrejas, em uma oposição clara a Baubérot, quanto à laicidade ser apenas uma regra institucional (PENA-RUIZ, 2001, p. 15).

Enquanto Baubérot argumenta por uma laicidade aberta em virtude do pluralismo, como apresentado acima, Pena-Ruiz dirá não ser admissível adjetivos como forte ou dura, fechada ou aberta para a laicidade, pois como princípio filosófico esta afirma a autonomia do Estado diante de qualquer tentativa de tutela moral ou intelectual (PENA-RUIZ, 2001, p. 16), ou seja, “a esfera do bem comum e das liberdades democráticas, o espaço público não pode desaparecer sob o mosaico das identidades coletivas, nem se alienar

dentro de um pluralismo religioso”<sup>6</sup> (PENA-RUIZ, 2001, p. 20).

A laicidade, para Pena-Ruiz, concretiza-se no direito e consequentemente na sociedade com leis que emancipem a escola e o Estado, como um todo, da tutela religiosa (PENA-RUIZ, 2001, p. 36), por tudo isso este autor assume sua posição contrária quanto ao curso de história das religiões nas escolas.

Onde o papel decisivo da escola, que não existe para se adaptar ao mundo como ele é, nem para impor uma crença, mas para formar a capacidade do julgamento autônomo do cidadão [...] A escola é o lugar da distância de si mesmo e da sociedade, e não o espelho que esta buscaria se apoderar para propor indulgentemente seu próprio reflexo (PENA-RUIZ, 2001, p. 25-26)<sup>7</sup>.

A escola, dessa forma, não poderia ser palco para disputas de assuntos privados, no caso a escolha individual de religião, mas também, das disputas políticas e econômicas presentes na sociedade.

Essas disputas quando entrelaçadas – religião, política e economia – no campo educacional eliminariam o objetivo principal da escola que seria a formação para um

---

<sup>6</sup> Sphère du bien commun et des libertés démocratiques, l'espace public ne peut disparaître sous la mosaïque des identités collectives, ni s'aliéner au pluralisme religieux.

<sup>7</sup> D'où le rôle décisif de l'école qui n'est pas là pour s'adapter au monde comme il va, ni pour imposer un credo, mais pour former la capacité de jugement autonome du citoyen [...] L'école est le lieu de la distance à soi de la société, et non le miroir que celle-ci chercherait à se tendre complaisamment pour y saisir son propre reflet”.



juízo autônomo e o desenvolvimento do saber propiciando, dessa forma, meios para os alunos fazerem uma análise racional da sociedade, separando as opções pessoais das questões que envolvem o bem comum.

Assim, só a escola laica propiciaria a liberdade de uma formação sem pressões ideológicas e onde o crer seria respeitado sem universalizar uma verdade religiosa dogmática (PENA-RUIZ, 2001, p. 52).

O filósofo apresenta o como a laicidade penetrou na mentalidade francesa (PENA-RUIZ, 2001; 2003; 2005;) e, nesse aspecto, também critica a concepção de "pacte laïque" de Jean Baubérot.

Pena-Ruiz afirma que a emancipação da sociedade francesa da tutela religiosa nunca fora negociada. A emancipação foi um ato cujas origens encontravam-se na base da sociedade, ou seja, esta fora uma manifestação oriunda do povo<sup>8</sup> (PENA-RUIZ, 2001, p. 36) e não um acordo firmado, seja tácita ou explicitamente.

Em relação à necessidade de uma laicidade aberta em virtude do aspecto cultural e do multiculturalismo onde se encontra a religião, segundo Baubérot (1990)<sup>9</sup>, Pena-Ruiz expõe que a cultura

tem o caráter dinâmico e o caráter estático. O primeiro seria na sua visão parte da educação de um povo a ser estudada nas escolas posto congregar o conjunto do patrimônio intelectual humano.

Por outro lado, os costumes e tradições que representam um particularismo religioso – noção estática de cultura – não podem aprisionar a sociedade em uma relação de disputa de poder por espaços públicos onde buscam impor seus dogmas e ideologias.

O debate apresentado entre esses dois autores são tomadas de posição dentro e fora do campo acadêmico francês. Eles não buscam apresentar uma neutralidade, mas assumem os elementos motivadores de suas abordagens.

Eles analisam a relação religião/política/educação circundado pelo debate sobre laicidade no qual ficam claros os motivos do por quê da escolha de cada um pesquisar o assunto em questão dentro da sociedade francesa e em outros países.

Baubérot advoga pela flexibilidade das leis laicas e interdições a participação da religião nas atividades do Estado, principalmente, no campo educacional. Pena-Ruiz assume a proteção dos princípios republicanos e da escola laica contra o clericalismo seja

---

<sup>8</sup> D'ailleurs, l'émancipation laïque ne fut pas négociée avec la puissance religieuse dominante, qui y était hostile – le pape Pie X la condamna. Elle fut un acte souverain du peuple, adopté par l'Assemblée Nationale (PENA-RUIZ, 2001, p. 36).

<sup>9</sup> Que adota a visão de cultura de Max Weber "quand il écrit: 'la connaissance des propositions

---

les plus certaines de notre savoir théorique – par exemple celle des sciences exactes [...] de même que l'acuité et la subtilité de notre conscience sont d'abord des produits de la culture.'" (BAUBÉROT, 1990, p. 124).



religioso ou qualquer outra ideologia hierárquica que busque impor uma tutela moral ou intelectual sobre a sociedade.

A sociedade francesa vive um conflito constante entre os defensores dos princípios da laicidade e o comunitarismo religioso. Os pesquisadores apresentados defendem explicitamente suas posições e têm o direito de fazê-lo (ter o direito ou não ter o direito é algo profundamente presente no diálogo cotidiano dos mais comuns dos franceses). Mas, este debate é uma pequena representação do que se passa no coração da sociedade francesa.

Assim, voltando à sociedade brasileira é evidente que esta anda a passos lentos para atingir o exercício do seu direito à liberdade de religião e, principalmente, de expressão. Apesar de grupos organizados trabalharem pela laicidade no Brasil o que observamos no cotidiano do país são caricaturas de práticas laicas inconsistente e contraditórias. Para melhor explicitar minha comparação exponho dois casos cuja minha participação em ambos permitiu-me originar as reflexões para este artigo.

### **3.1 Educação e religião: questionamentos sobre uma possível comparação de casos**

A separação do Estado e da Religião, embora não tenha se completado ainda, faz parte da mentalidade da população francesa. Para

ilustrar essa presença da separação do Estado da Religião na mentalidade da população francesa narro o caso <sup>10</sup> seguinte:

Durante as minhas observações estava eu na casa de X, pais das meninas A e B, 7 e 5 anos respectivamente, e um menino, 4 anos, a época. Preparava-se sua “*babysitter*” para viajar quando a menina B trouxe-me uma flor que havia desenhado e começou a cantar uma música cristã de despedida. Sua irmã A se aproximou, chamou-a repreendendo:

– “B você não pode cantar essa música para ela”. Logo, B perguntou: Por que não? Treplicou com um ar de evidência:

– “Você não sabe se ela tem relação com Jesus Cristo, então você tem que respeitar”.

Ressalto aqui dois pontos. Primeiro, as três crianças estudam em escola privada e religiosa, toda a família é católica praticante e as crianças tem como leitura uma revista católica com foco na família e na juventude. Segundo, este é um exemplo de vários diálogos presenciados entre crianças francesas nessa faixa etária, como também, entre adultos que raramente ousam perguntar se você pratica alguma religião.

Caso diagonalmente contrário presenciei durante minhas aulas de um curso que terminei no Brasil, cujas idades são largamente diferentes daquelas das crianças citadas acima.

---

<sup>10</sup> Idades, nomes e profissões foram preservadas através de codinomes.

Durante uma das aulas sobre Hinduísmo, um aluno discordou da filosofia apresentada, ergueu-se, abriu a bíblia e começou a lê-la e a pregar a “verdadeira” religião aos gritos.

Importante dizer que o curso se passou em uma universidade pública federal, que não foi o primeiro caso de proselitismo explícito e outros tantos se sucederam até a conclusão do mesmo. Alegar a laicidade do Estado, ser contrária ao Ensino Religioso nas escolas ou professar outra (s) religião (ões) diferente (s) da católica ou protestante

era se tornar alvo de pregações proselitistas e ou ser considerada como inimiga do Programa.

Considerando o caso presenciado na universidade brasileira, as manifestações religiosas realizadas em todos os setores públicos, a maciça influência das instituições religiosas nos campos político-educacional e a própria produção acadêmica do Brasil, torna-se evidente que não vivemos em um Estado laico e nos aproximamos de uma pálida sombra de uma secularização à brasileira.

## 6 Conclusão

As questões que foram construídas usando os artigos de pesquisas realizadas dentro dos campos de conflitos brasileiros não visam colocar seus autores em questão. Contudo, buscam provocar novas reflexões na via dupla do assunto religião, política e educação no Brasil.

A imbricação da religião no quadro político, social e educacional do Brasil é tão arraigada que parece um fato normal e quase universal no imaginário dos brasileiros.

Quanto aos pensadores parece que estes não conseguem escapar tendo como única alternativa analisar os conflitos gerados pelas disputas de espaço e poder na esfera pública entre religiosos e religiosos e ou entre estes e os defensores da laicidade. Certo,

necessário e importante para nossa sociedade, contudo é preciso ultrapassar a análise do que está posto e questionar o por quê do que está posto parecer normal e ser transmitido às novas gerações.

Trabalho interessante que destaco e pareço caminhar ao encontro desses questionamentos é o texto de Pierucci – “Cadê nossa diversidade religiosa? comentários ao texto de Marcelo Camurça” (2011) – onde são colocados diversos questionamentos que despertam a crítica ao senso comum de se acreditar na identidade criada de um país religiosamente diverso e tolerante.

Antônio Flávio Pierucci pergunta “Cadê nossa badalada diversidade religiosa? O gato comeu” (PIERUCCI, 2006, p. 49). Em seguida afirma: “não

nossa diversidade religiosa é balbuciante” (PIERUCCI, 2006, p. 50). Considero que Pierucci questiona o porquê do que está posto parecer ser normal e, por isso, merece ser questionado.

Esses questionamentos de Pierucci são também pertinentes para as disputas na relação religião/política/educação cujas bases se encontram no sistema educacional, perpassam todos os campos da sociedade e atinge o âmbito político. Qual seu fio condutor? A busca de manter a tutela moral e intelectual do país por parte das instituições religiosas. Ainda, claro, que diferentemente do período compreendido entre a Colônia e o Império.

Enquanto Baubérot na França roga a flexibilidade da laicidade através de uma nova interpretação e reformulação de alguns artigos da “Déclarations des droits” (1990, p.128) e como vimos acima defende a possibilidade dos alunos terem, em nome da liberdade, aulas de história das

religiões.

Eu vejo que uma das bases da presença do religioso na esfera pública brasileira concerne ao Ensino Religioso constitucionalmente obrigatório e socialmente aceito pela compreensão de que o religioso é elemento básico na formação do cidadão. No Brasil as crianças não tiveram e ainda não é lhes é dado o direito à liberdade de pensamento dentro das escolas.

As práticas religiosas, majoritariamente judaico-cristãs, encontram-se cotidianamente dentro das escolas e, conseqüentemente, se manifestam também no Ensino Religioso dado. Assim, na minha opinião, o quadro político-social e educacional brasileiro precisa de mais questionamentos como os feitos por Pierucci e de debates diretos como os realizados por Baubérot e Pena-Ruiz, que de avaliações, análises, ou ainda mais graves, dissertações e teses que se pousam sobre uma retórica que não esclarece e não faz avançar.

## Referências

BHOM, David. **O Pensamento como um sistema**. Trad. de Teodoro Lorent. São Paulo: Madras, 2007.

BAUBÉROT, Jean. **Vers un nouveau pacte laïque**. Paris. Seuil. 1990.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro:

Livraria Francisco Alves Filho Editora, 1975.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE – 2000, p. 35-48. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DUARTE; Luis F. D.; GOMES, Edlaine C.; *Paralellus*, Recife, v. 5, n. 9, p. 51-64, jan./jun. 2014.

MENEZES, Rachel A.; NATIVIDADE, Marcelo. **Valores religiosos e legislação no Brasil**: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DURKHEIM, E. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. Paris: CNRS éditions, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. Minorias religiosas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. 2. ed. Petrópolis. Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Modernidade do Cristo Redentor. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008b, p. 75-105.

LE MONDE. Manifestations à Paris et en province contre le mariage gay. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/societe/article/2013/05/05/manifestations-a-paris-et-en-province-contre-le-mariage-gay\\_3171237\\_3224.html](http://www.lemonde.fr/societe/article/2013/05/05/manifestations-a-paris-et-en-province-contre-le-mariage-gay_3171237_3224.html)>. Postado em 05 de maio de 2013. Acesso em: 15 mai. 2013.

LE POINT. Manifestations à Paris et Lyon contre le mariage gay et la "théorie du genre". Postado em 02 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[http://www.lepoint.fr/societe/manifestations-a-paris-et-lyon-contre-le-mariage-gay-et-la-theorie-du-genre-02-02-2014-1787113\\_23.php](http://www.lepoint.fr/societe/manifestations-a-paris-et-lyon-contre-le-mariage-gay-et-la-theorie-du-genre-02-02-2014-1787113_23.php)>. Acesso em: 5 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Manif contre le mariage gay: entre 150 000 et 1 million de participants. Postagem em 26 de maio de 2013. Disponível em: <[http://www.lepoint.fr/societe/manif-contre-mariage-homosexuel-les-opposants-commencent-a-defiler-a-paris-26-05-2013-1672378\\_23.php](http://www.lepoint.fr/societe/manif-contre-mariage-homosexuel-les-opposants-commencent-a-defiler-a-paris-26-05-2013-1672378_23.php)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

MARIZ, Cécilia Loreto. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões**

**no Brasil**: continuidades e rupturas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evangélicos e pentecostais: um campo em ebulição. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NATIVIDADE, Marcelo; LOPES, Paulo Victor L. Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil a criminalização da homofobia. In: DUARTE; Luis F. D.; GOMES, Edlaine C.; MENEZES, Rachel A.; NATIVIDADE, Marcelo (Orgs.). **Valores religiosos e legislação no Brasil**: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo; MENEZES, Rachel A. Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. In: DUARTE; Luis F. D.; GOMES, Edlaine C.; MENEZES, Rachel A.; NATIVIDADE, Marcelo (Orgs.). **Valores religiosos e legislação no Brasil**: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Cadê nossa diversidade religiosa? Comentários ao texto de Marcelo Camurça. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PEÑA-RUIZ, Henri. **La laïcité pour l'égalité**. Paris;Turin: Fayard-Mille et une nuits, 2001.

\_\_\_\_\_. **Qu'est-ce que la laïcité?**. Paris: Gallimard, 2003. (Collection Folio Actuel).

\_\_\_\_\_. **Histoire de la Laïcité. Genèse d'un idéal**. Paris: Gallimard, 2005. (Collection Découvertes).

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Artigo recebido em 30 de abril de 2014.  
Aceito em 29 maio de 2014.